

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CECREMGE

CNPJ 00.309.024/0001-27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,
Apresentamos as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2021 da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. – Sicoob Central Cecremge, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

O Sicoob Central Cecremge mantém e vem aprimorando permanentemente a sua vocação de instituição voltada para organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços disponibilizados por esta central.

Atualmente, o Sicoob Central Cecremge é composto por 55 cooperativas, originárias dos mais diversos segmentos econômicos, sendo funcionários de empresas públicas e privadas, rural, profissionais liberais e livre admissão. A soma de esforços da Central e de suas filiais para fortalecer o cooperativismo de crédito lhes confere uma posição de destaque no mercado financeiro do estado. Ao coordenar este movimento, a Cecremge consolida diariamente sua liderança e faz da crença no cooperativismo e em seus valores uma marca constante do seu trabalho.

2. Resultado e Patrimônio de Referência

No exercício de 2021, o Sicoob Central Cecremge alcançou o resultado líquido de R\$ 1.273.511,78 (hum milhão, duzentos e setenta e três mil, quinhentos e onze reais, setenta e oito centavos). O Patrimônio de Referência totalizou R\$ 204.321.865,82 (duzentos e quatro milhões, trezentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e cinco reais, oitenta e dois centavos), apresentando aumento de 15,50% em relação ao exercício anterior.

3. Captação

As captações, Depósitos a Prazo e Centralização Financeira, no total de R\$ 7.915.849.900,51 em dezembro/2021, apresentaram uma evolução em relação ao exercício anterior de 9,79% (ou R\$ 705.838.584,05).

4. Evolução dos negócios e expansão de mercado

O Sicoob Central Cecremge conta com 55 Singulares filiadas, sendo concretizados 03 processos de incorporação e uma nova filiação em 2021. Ampliamos a rede de atendimento em 51 Postos de Atendimento no mesmo período apresentando uma evolução de 12,29%. Aumentamos a base de cooperados em 15,15% que representou a admissão de 100.353 novos associados:

Descrição	31/12/2020	31/12/2021	Var. Hor.	Var. Hor. (%)
Cooperativas	57	55	(2)	(3,51%)
Postos de Atendimento	415	466	51	12,29%
Municípios com Postos de Atendimento	205	221	16	7,80%
Cooperados	662.187	762.540	100.353	15,15%

5. Consolidado Sicoob Sistema Cecremge

* Em milhares de Reais (R\$)				
Descrição	31/12/2020	31/12/2021	Var. Hor (%)	Var. Hor (R\$)
Ativo Total	18.411.421	23.199.675	26,01%	4.788.253
Carteira de crédito	10.425.565	14.320.551	37,36%	3.894.986
Depósitos Totais	13.668.844	16.202.578	18,54%	2.533.734
Capital Social	1.633.230	1.883.719	15,34%	250.489
Resultado	434.264	525.112	20,92%	90.849
Rendas de Prestação de Serviços	402.460	485.812	20,71%	83.352

O Ativo total do Sicoob Sistema Cecremge registrou uma evolução superior a 26% em 2021, representando um aumento de R\$ 4.788.253 mil. No final do exercício 2021 a carteira de crédito das nossas Singulares superava a marca de 14 bilhões, registrando um aumento de 37% (R\$ 3.894.986 mil), diante do mesmo período em 2020.

Em 31/12/2021 a carteira de depósitos somava R\$ 16.202.578 mil, um crescimento na ordem de R\$ 2.533.734 mil comparando o mesmo período do ano anterior. O Capital Social também registrou evolução no período no montante de R\$ 250.489 mil, ou seja, 15,34%, encerrando 2021 em R\$ 1.883.72 milhões.

Em 2021 observava-se um incremento no resultado do Sicoob Sistema Cecremge superior a 20%, considerando que as Cooperativas registraram sobras no montante de R\$ 525.112 mil. Destaca-se ainda uma evolução superior a 20% no saldo das rendas de prestação de serviços no período entre 2020 (R\$ 402.460 mil) e 2021 (R\$ 485.812).

6. Sistema Integrado de Gestão de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob Central Cecremge visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

Por meio da gestão integrada de riscos, o Sicoob busca explicitar o apetite a risco das Entidades, conhecer e buscar oportunidades de ganho, bem como identificar e mitigar as perdas, mensurar e avaliar os riscos de forma integrada e promover a união entre controles internos, compliance, segurança da informação, auditoria e processos.

Aprimorando a harmonização, a integração e racionalização de processos e, baseado no princípio de organização

sistêmica, o Sicoob utiliza estruturas centralizadas de gerenciamento e monitoramento do controle interno e compliance; da prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; da prevenção e combate à fraude, do gerenciamento do risco de crédito, socioambiental, de mercado, de liquidez, do operacional e de continuidade de negócios sendo realizadas de forma compartilhada e independente no CCS (Centro Cooperativo Sicoob).

As estruturas centralizadas de gerenciamento de riscos e de capital são compatíveis com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos ricos das entidades do Sicoob.

7. Perspectivas econômicas

O cenário para 2022 será desafiador, com a perspectiva de deterioração da atividade econômica em linha com a contração da demanda agregada originada pela elevação dos juros pelo Banco Central e com as perenes preocupações fiscais, principalmente por se tratar de ano eleitoral. A inflação, por sua vez, segue persistente, onde os principais índices têm sinalizado dispersão da inflação entre os componentes das cestas, o que em conjunto com as incertezas fiscais, continuidade de gargalos na cadeia produtiva, possibilidade de depreciação cambial à luz das eleições e a própria inércia, podem contribuir para que o processo inflacionário seja ainda mais duradouro do que o esperado, podendo ensejar em maiores elevações de juros. Adicionalmente, o processo eleitoral e o endurecimento das políticas monetárias mundiais, são historicamente, fatores de risco para a volatilidade em economias emergentes, reforçando a perspectiva de cautela.

No âmbito político, a polarização ideológica e as eleições de 2022 adicionam incertezas a este ambiente, afetando a perspectiva fiscal, onde as eleições podem fazer com que gastos públicos sejam aumentados na tentativa dos políticos agradarem seus eleitores, sem as devidas compensações por parte de receitas públicas, o que representa preocupação dado o potencial risco fiscal para o ano. O PIB Brasileiro não fica imune a este cenário de incertezas e tende a zero, uma vez que os investimentos e a confiança dos empresários na expansão dos seus parques industriais ficam em compasso de espera.

O cenário de alta inflação mundial que é consequência de fortes políticas expansionistas dos governos ao redor do mundo e restrições na cadeia produtiva causadas pela pandemia, as quais ainda são causas de preocupações dada pela variante Ômicron.

Adicionalmente, escalaram-se as tensões geopolíticas entre Rússia e Ucrânia, com membros da OTAN sinalizando a possibilidade de implementar sanções econômicas contra a Rússia. Embora um embate armado não seja provável, há risco de redução da oferta de gás deste país para a Europa, representando upside potencial para a inflação. Outro ponto de atenção recai sobre a dinâmica da variante Ômicron, embora não tenha gerado elevações substanciais no número de mortes, possui potencial de prolongar rupturas nas cadeias de suprimento globais, notadamente na China, e de afastar trabalhadores, o que pode resultar em dados mais fracos para a atividade econômica mundial. (Fonte: Bancobc DTVM)

8. Governança

Governança Cooperativa é um conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permite aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa.

A estrutura de governança do Sicoob Central Cecremge está alinhada às exigências legais e regulamentares vigentes e é regida pela Política Institucional de Governança Corporativa do Sicoob, que fixa as diretrizes de atuação sistêmica para o estabelecimento e a manutenção de relações transparentes, equitativas e éticas em todos os âmbitos da gestão. Para isso, contempla aspectos relacionados à: representatividade e participação; gestão executiva; aplicação de princípios de segregação de funções na administração; fiscalização e controle; educação cooperativista; e responsabilidade corporativa na prestação de contas das entidades integrantes do Sicoob.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo do Sicoob Central Cecremge e possui autonomia para decidir sobre qualquer questão de interesse social, desde que respeitados os limites estabelecidos pela lei e pelo estatuto social em vigência.

Conselho da Administração

O Conselho da Administração do Sicoob Central Cecremge é composto por, no mínimo 9 (nove) membros e, no máximo, 15 (quinze) membros efetivos com mandato de 4 (quatro) anos. Órgão máximo da alta administração, tem como missão fixar diretrizes, examinar e aprovar os orçamentos os planos periódicos de trabalho, acompanhando a execução dos negócios, por meio da definição de atribuições estratégicas, normativas, orientadoras e fiscalizadoras, sem dispor de funções operacionais ou executivas.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e de 3 (três) membros suplentes, todos associados de singulares associadas, eleitos a cada 2 (dois) anos pela assembleia geral, responsável pela fiscalização assídua e minuciosa da administração da Cecremge. Tem função de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, assessorando a Assembleia Geral, além de opinar sobre as demonstrações contábeis e o relatório anual da administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em Milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		8.328.774	7.525.406
DISPONIBILIDADES	4	3	3
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		8.118.392	7.338.502
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.656.020	4.971.820
Títulos e valores mobiliários	6	2.267.829	2.015.201
Operações de crédito	7.a	1.191.465	348.338
Outros ativos financeiros	8	3.078	3.143
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(6.917)	(2.285)
(-) Operações de crédito	7.a	(6.916)	(2.284)
(-) Outras		(1)	(1)
OUTROS ATIVOS	9	2.713	1.761
INVESTIMENTOS	10	202.174	175.118
IMOBILIZADO DE USO	11	16.241	15.505
INTANGÍVEL	12	4.159	5.752
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	11 e 12	(7.991)	(8.950)
TOTAL DO ATIVO		8.328.774	7.525.406

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em Milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	RESERVA PARA EXPANSÃO	SOBRAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	217.026	8.681	17.485	-	8.341	251.533
Destinações das sobras do exercício anterior:						
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Destinação para a reserva para expansão	-	-	-	3.341	(3.341)	-
Movimentação de capital:						
Por subscrição/realização	42.535	-	-	-	-	42.535
Por devolução (-)	(2.580)	-	-	-	-	(2.580)
Reversões de reservas	-	-	(8.415)	-	8.415	-
Sobras do período	-	-	-	-	5.937	5.937
Transferência para reserva de lucros a realizar	-	-	10.872	-	(10.872)	-
Destinações das sobras do período:						
Reversão da reserva para expansão	-	-	-	(3.341)	3.341	-
Fundo de reserva	-	337	-	-	(337)	-
FATES - Altos cooperativos	-	-	-	-	(674)	(674)
FATES - Altos não cooperativos	-	-	-	-	(109)	(109)
Saldos em 31/12/2020	256.981	9.018	19.942	-	5.701	291.642

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020	256.981	9.018	19.942	-	5.701	291.642
Destinações das sobras do exercício anterior:						
Outras destinações das sobras do exercício anterior	-	-	-	-	(1.701)	(1.701)
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)
Outros eventos/reservas	-	-	(174)	-	174	-
Movimentação de capital:						
Por subscrição/realização	49.700	-	-	-	-	49.700
Por devolução (-)	(5.851)	-	-	-	-	(5.851)
Reversões de reservas	-	-	(3.170)	-	3.170	-
Sobras do período	-	-	-	-	10.097	10.097
Transferência para reserva de lucros a realizar	-	-	15.519	-	(15.519)	-
Reversões de fundos	-	-	-	-	3.352	3.352
Ajuste de avaliação patrimonial - invest. em coligadas e controladas	-	-	(2.104)	(2.104)	-	(2.104)
Saldos em 31/12/2021	300.830	9.018	32.117	1.274	341.135	684.344

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2021	281.942	9.018	19.942	(4.188)	691	307.405
Outros eventos/reservas	-	-	(174)	-	174	-
Movimentação de capital:						
Por subscrição/realização	20.532	-	-	-	-	20.532
Por devolução (-)	(1.644)	-	-	-	-	(1.644)
Reversões de reservas	-	-	(3.170)	-	3.170	-
Sobras do período	-	-	-	-	9.406	9.406
Transferência para reserva de lucros a realizar	-	-	15.519	-	(15.519)	-
Reversões de fundos	-	-	-	-	3.352	3.352
Ajuste de avaliação patrimonial - invest. em coligadas e controladas	-	-	-	-	2.084	2.084
Saldos em 31/12/2021	300.830	9.018	32.117	1.274	341.135	684.344

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Neste sentido, o Sicoob Central Cecremge coordena as ações do Sicoob Sistema Cecremge, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O Sicoob Central Cecremge integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras cooperativas centrais e singulares.

O Sicoob Central Cecremge, está sediado à Avenida do Contorno, nº 4.924, Funcionários, Belo Horizonte – MG. Tem por objetivo a organização em comum e em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela administração em 25/02/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às

instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos.

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento

9. Pacto de Ética

Todos os componentes da estrutura organizacional do Sicoob Central Cecremge aderiram ao Pacto de Ética do Sicoob por meio de Declaração de Ciência, esclarecimento e compromisso que nos guiará para a construção de um sistema cada vez mais sólido e sustentável.

10. Agradecimentos

Agradecemos às Cooperativas filiadas pela preferência e confiança na Administração e aos funcionários pela dedicação.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.
Diretoria Executiva com mandato até 2024
Alfredo Alves de Oliveira Melo – Diretor de Supervisão e Controle
Marcio Olívio Villefort Pereira – Diretor de Desenvolvimento e Negócios

Samuel Flam – Diretor Financeiro e Administrativo
Conselho de Administração com mandato até 2024

Luiz Gonzaga Viana Lage – Presidente do Conselho de Administração
Cristiano Félix dos Santos Silva – Vice Presidente do Conselho

Adarian Rodrigues Fonseca – Conselheiro
Carla Maria Gonçalves Correa Generoso – Conselheiro

César Augusto Mattos – Conselheiro
Charles Drake Guimarães Gonçalves – Conselheiro

Darcy da Silva Neiva Filho – Conselheiro
Garibaldi Mortoza Junior – Conselheiro

Ivo de Tassis Filho – Conselheiro
Jacson Guerra Araújo – Conselheiro

João Carlos Leite – Conselheiro
Ramiro Rodrigues de Ávila Junior – Conselheiro

Ronaldo Siqueira Santos – Conselheiro
Simlon Vilela Carvalho Junqueira – Conselheiro

Unias Geraldo de Sousa – Conselheiro
Conselho Fiscal com mandato até 2022

Antonio de Ávila e Silva – Conselheiro Efetivo
Rui Rezende Souza – Conselheiro Efetivo

Osmano Diniz França – Conselheiro Efetivo
Ariano Cavalcanti de Paula – Conselheiro suplente

Claudinei da Conceição Assis de Oliveira – Conselheiro suplente
Nilson Antonio Bessas – Conselheiro suplente

Responsável Técnico

Irany Márcia Pimenta
Contadora – CRC/MG 048.377/0-4

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS 2º SEMESTRE DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em Milhares de reais)

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de crédito	20	251.183	346.356	171.612
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	29.433	36.559	7.950
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	146.301	203.576	112.723
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		75.449	106.221	50.939
Operações de captação no mercado	21	(247.106)	(342.833)	(167.351)
Operações de empréstimos e repasses	13.b	(13)	(18)	(18)
Dispêndios de depósitos intercooperativos		-	-	(5)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	14	(245.257)	(338.183)	(167.409)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.d	(1.836)	(4.632)	81
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		4.077	3.523	4.261
Ingressos e receitas de prestação de serviços	22	5.842	7.044	1.572
Dispêndios e despesas de pessoal	23	90	202	138
Outros dispêndios e despesas administrativas	24	(7.732)	(14.311)	(11.797)
Dispêndios e despesas tributárias	25	(3.269)	(7.768)	(7.897)
Resultado de participações em coligadas e controladas	30.a	(58)	(118)	(107)
Outros ingressos e receitas operacionais	26	8.699	15.519	10.821
Outros dispêndios e despesas operacionais	27	25	15.263	10.443
PROVISÕES		(1.382)	(1.743)	(29)
Provisões/reversões para contingências	27	-	205	453
RESULTADO OPERACIONAL		-	205	453
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	28	9.919	10.772	6.286
Lucros em transações com valores e bens		(235)	(180)	23
(-) Prejuízos em transações com valores e bens		1	2	-
Ganhos de capital		-	(6)	(7)
(-) Perdas de capital		-	180	51
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		(236)	(356)	(21)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		9.684	10.592	6.309
Imposto de renda sobre atos não cooperados		(39)	(63)	(24)
Contribuição social sobre atos não cooperados		(17)	(29)	(12)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(22)	(34)	(12)
SOBRAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(239)	(432)	(348)
		9.406	10.097	5.937

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CECREMGE

CNPJ 00.309.024/0001-27

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciamento contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação do Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa Central iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos negócios e efeitos da pandemia de Covid-19 "Novo Coronavírus"

A administração avaliou a capacidade de a Cooperativa Central continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com imedismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O Sicoob Cecemge junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

A Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecemge, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, das quais destacam-se:

O Sicoob Central Cecemge elaborou Plano para Contenção/Prevenção da Disseminação da Covid-19, com instalação de um comitê de crise, e vários procedimentos descritos no referido Plano, que segue em anexo. A primeira versão do plano foi construída em 2020, atualizada em 2021 e posteriormente no dia 02/03/2022.

Em 2020 e 2021, vários procedimentos foram realizados junto ao quadro funcional como:

- Acompanhamento dos funcionários pela área de Recursos Humanos, com ligações quinzenais sobre a situação de saúde dos mesmos, e de seus familiares;

- Medição de temperatura dos entrantes no prédio do Sicoob Central Cecemge, enquanto perdurou a necessidade;

- Sinalizações sobre distanciamento, na fila do elevador, no espaço de alimentação etc.;

- Sinalizações sobre quantidade máxima de funcionários em salas de reuniões, espaço de alimentação, no elevador etc.;

- Instalação de tapete sanitizante, enquanto perdurou a necessidade;

- Sinalização quanto à higienização das mãos;

- Entrega de máscaras aos empregados;

- Entrega de cartilha com orientações aos funcionários sobre medidas de segurança em tempos de pandemia;

- Envio de e-mails periódicos aos empregados, com dicas e procedimentos de segurança.

Ao iniciar a campanha de vacinação pelo governo, foi realizado o acompanhamento da vacinação dos empregados, pela área de Recursos Humanos, primeira e segunda doses, ao longo de todo o ano de 2021, até que em dezembro/2021, foi registrado 100% dos colaboradores vacinados.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de alto cooperativo e da receita bruta de alto não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em alto cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de renda a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por ações do Banco Sicoob, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O acordo das Cooperativas Centrais filiadas ao Sicoob Confederação e dos acionistas do Banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.

j) Imobilizado de uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

m) Outros ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Outros passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

o) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

s) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor recuperável de ativos - Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

v) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	3	3
TOTAL	3	3

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letras financeiras do tesouro	-	-	82.510	917.557
Ligadas (a)	4.302.128	54.925	3.643.284	30.110
Ligadas com garantia (a)	183.238	115.729	122.986	175.373
TOTAL	4.485.366	170.654	3.848.780	1.123.040

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração entre 101% e 102% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e a situação de prazo:

Tipo	Até 90		De 90 a 360		Acima de 360		Total
Ligadas	469.890		3.832.238		54.925		4.357.053
Ligadas Com Garantias	-		183.238		115.729		298.967
TOTAL	469.890		4.015.476		170.654		4.656.020

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	146.301	203.576	49.657	112.723

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em títulos e valores mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de renda fixa (a)	898.753	1.102.885	632.027	1.230.722
Cotas de fundos de investimento	266.191	-	152.452	-
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.164.944	1.102.885	784.479	1.230.722

(a) Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a Letras Financeiras do Tesouro atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, cujos vencimentos finais serão em março/2027.

Abaixo o resultado auferido com títulos e valores mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de títulos de renda fixa	68.647	97.480	16.996	47.639
Rendas de aplicações em fundos de investimento	6.802	8.741	1.375	3.300
TOTAL	75.449	106.221	18.371	50.939

7 Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e títulos descontados	734.903	456.562	281.250	67.088
TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	734.903	456.562	281.250	67.088

(-) Provisões para operações de crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de títulos de renda fixa	68.647	97.480	16.996	47.639
Rendas de aplicações em fundos de investimento	6.802	8.741	1.375	3.300
TOTAL	75.449	106.221	18.371	50.939

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e títulos descontados	734.903	456.562	281.250	67.088
TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	734.903	456.562	281.250	67.088

(-) Provisões para operações de crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de títulos de renda fixa	68.647	97.480	16.996	47.639
Rendas de aplicações em fundos de investimento	6.802	8.741	1.375	3.300
TOTAL	75.449	106.221	18.371	50.939

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e títulos descontados	734.903	456.562	281.250	67.088
TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	734.903	456.562	281.250	67.088

(-) Provisões para operações de crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de títulos de renda fixa	68.647	97.480	16.996	47.639
Rendas de aplicações em fundos de investimento	6.802	8.741	1.375	3.300
TOTAL	75.449	106.221	18.371	50.939

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e títulos descontados	734.903	456.562	281.250	67.088
TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	734.903	456.562	281.250	67.088

(-) Provisões para operações de crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de títulos de renda fixa	68.647	97.480	16.996	47.639
Rendas de aplicações em fundos de investimento	6.802	8.741	1.375	3.300
TOTAL	75.449	106.221	18.371	50.939

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e títulos descontados	734.903	456.562	281.250	67.088
TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	734.903	456.562	281.250	67.088

(-) Provisões para operações de crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de títulos de renda fixa	68.647	97.480	16.996	47.639
Rendas de aplicações em fundos de investimento	6.802	8.741	1.375	3.300
TOTAL	75.449	106.221	18.371	50.939

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e títulos descontados	734.903	456.562	281.250	67.088
TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	734.903	456.562	281.250	67.088

(-) Provisões para operações de crédito

Adiantamentos e antecipações salariais	62	68
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	62	18
Devedores diversos – País	1.891	808
Despesas antecipadas	759	771
Sem característica de concessão de crédito	(31)	(31)

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CECREMGE

CNPJ 00.309.024/0001-27

22 Ingressos e receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de outros serviços	90	202	88	138
TOTAL	90	202	88	138

23 Dispendios e despesas de pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de honorários - Conselho Fiscal	(162)	(272)	(81)	(162)
Despesas de honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.723)	(2.781)	(820)	(1.566)
Despesas de pessoal - Benefícios	(409)	(789)	(408)	(802)
Despesas de pessoal - Encargos sociais	(1.633)	(3.036)	(1.326)	(2.578)
Despesas de pessoal - Proventos	(3.778)	(7.389)	(3.371)	(6.658)
Despesas de pessoal - Treinamento	(7)	(10)	(1)	(5)
Despesas de remuneração de estagiários	(20)	(34)	(13)	(26)
TOTAL	(7.732)	(14.311)	(6.020)	(11.797)

24 Outros dispendios e despesas administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de água, energia e gás	(61)	(116)	(58)	(107)
Despesas de alugueis	(10)	(23)	(15)	(33)
Despesas de comunicações	(85)	(169)	(78)	(158)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(139)	(297)	(140)	(254)
Despesas de material	(28)	(67)	(48)	(80)
Despesas de processamento de dados	(193)	(441)	(59)	(169)
Despesas de promoções e relações públicas	(45)	(60)	(17)	(44)
Despesas de propaganda e publicidade	(384)	(2.211)	(937)	(3.558)
Despesas de publicações	-	(14)	-	(13)
Despesas de seguros	(33)	(60)	(22)	(46)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(367)	(733)	(412)	(696)
Despesas de serviços de terceiros	(15)	(29)	(13)	(28)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(24)	(44)	(18)	(34)
Despesas de serviços técnicos especializados	(169)	(355)	(147)	(313)
Despesas de transporte	(7)	(27)	(18)	(45)
Despesas de viagem no país	(134)	(222)	(116)	(179)
Despesas de amortização	(172)	(304)	(114)	(278)
Despesas de depreciação	(435)	(771)	(254)	(422)
Outras despesas administrativas	(958)	(1.825)	(691)	(1.440)
TOTAL	(3.269)	(7.768)	(3.157)	(7.897)

25 Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas	154	534	154	611
Outras - reversão de provisões operacionais	34	67	13	48
Atualização depósitos judiciais	26	37	19	26
Outras rendas operacionais	9.280	14.625	4.713	9.758
TOTAL	9.494	15.263	4.899	10.443

26 Outros dispendios e despesas operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Outras despesas operacionais	(27)	(42)	(22)	(29)
Perdas - falhas de gerenciamento	(45)	(45)	-	-
Dispendios de assistência técnica, educacional e social	(1.305)	(1.651)	-	-
Despesas vinculadas aos fundos voluntários	(5)	(5)	-	-
TOTAL	(1.382)	(1.743)	(22)	(29)

27 Despesas com provisões

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para contingências	205	453
Reversões de provisões para contingências	205	453
TOTAL	205	453

28 Outras receitas e despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Lucro em transações com valores de bens	2	2	-	-
Ganhos de capital	-	180	-	51
(-) Prejuízos em transações com valores e bens	-	(6)	(7)	(7)
(-) Perdas de capital	(236)	(356)	(19)	(21)
TOTAL	(235)	(180)	(26)	23

29 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

30 Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Financeiros e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa Central e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa Central, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Sicoob, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Banco Sicoob

O Banco Sicoob é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao SICOOB Confederação. A Central mantém saldos de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários junto ao Banco Sicoob, nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Disponibilidades (nota 4)	3	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	4.485.366	3.848.780
Títulos e valores mobiliários	1.021.750	529.250

Não circulante

Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	170.654	1.123.040
Títulos e valores mobiliários	1.047.025	813.163
Investimentos (nota 10)	170.598	143.542

Patrimônio líquido

Outros resultados abrangentes (nota 19.f)	(2.104)	-
---	---------	---

Principais operações:

Resultado

Ingressos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	203.576	112.723
Títulos e valores mobiliários	87.604	28.124
Resultado de participação em controlada	15.519	10.821

b) Sicoob Confederação

O Sicoob Confederação é uma cooperativa de terceiro grau, segundo a legislação cooperativista e, como instituição, possui personalidade jurídica própria. Foi constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Centrais Sicoob e possui a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, ofertar serviços, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (nota 10)	30.830	30.830

Principais operações:

Resultado

Dispendios		
Ratios de dispendios do Sicoob Confederação (i)	(1.490)	(1.099)

(i) Em 14 de dezembro de 2016, o Sicoob Confederação através da Resolução 179, instituiu a Política de Rateio de Despesas do Sicoob Confederação, com início de vigência para 1º de janeiro de 2017. De acordo com a política, as despesas a serem rateadas são classificadas em: a) tecnologia: contemplam as despesas de depreciação e

amortização, despesas com pessoal, processamentos de

(ii) dados, pessoal terceirizado, comunicação, serviços técnicos, segurança e outras despesas; b) demais áreas: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, administrativas, alugueis e condomínios, comunicação, serviços técnicos e outras despesas.

c) Cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau

O Sicoob Central Cecremge possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 55 cooperativas singulares filiadas ao Sicoob Central Cecremge. As cooperativas de crédito singulares do Sicoob Central Cecremge são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Operações de crédito (nota 7)	734.903	281.250

Não circulante

Operações de crédito (nota 7)	456.562	67.088
-------------------------------	---------	--------

Passivo

Circulante

Depósitos a prazo (nota 13)	419	401
Relações interfinanceiras (nota 14)	7.915.431	7.209.610
Outros passivos (nota 18.c)	60.771	12.093

Patrimônio líquido

Capital social (nota 19.a)	300.830	256.981
----------------------------	---------	---------

Principais operações:

Resultado

Ingressos		
Operações de crédito (nota 20)	36.559	7.950

Dispendios

Dispendios com depósitos a prazo (nota 13.b)	(18)	(18)
Dispendios de depósitos intercooperativos (nota 14)	(338.183)	(167.409)

d) Remuneração do pessoal chave da administração

Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(377)	(611)	(180)	(346)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.723)	(2.781)	(820)	(1.566)
Honorários - Conselho Fiscal	(162)	(272)	(81)	(162)

31 Gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos em que o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de execução em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não onerosa as responsabilidades das cooperativas.

31.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

31.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;

b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRREB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRREB utilizados são:

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos associados e administradores da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge Belo Horizonte MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge ("Cooperativa Central"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa Central é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança;

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRREB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcom, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil. São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

35.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprov